

## **INTERVENÇÃO DE CATARINA MARQUES, 1ª CANDIDATA DA CDU NA APRESENTAÇÃO DO COMPROMISSO ELEITORAL PARA O ALGARVE, NO TEATRO MUNICIPAL DE PORTIMÃO – TEMPO 20 DE DEZEMBRO 2021**

### **Caros camaradas, estimados amigos**

No Compromisso Eleitoral para o Algarve para as eleições legislativas de 2019 afirmava-se a necessidade de uma política alternativa, patriótica e de esquerda, como condição de resposta aos problemas do País e do Algarve.

Dois anos depois, os impactos da Covid-19 confirmam e reforçam essa necessidade. Tivesse o Governo PS adoptado outras respostas a velhos e novos problemas, como a CDU propôs e a situação dos trabalhadores, do Povo e do País seria hoje melhor.

Neste contexto reafirma-se a actualidade e validade do Compromisso Eleitoral para o Algarve apresentado em 2019, mas procura-se ao mesmo tempo fazer-se uma actualização tendo em conta a evolução de alguns aspectos tendo em conta alterações verificadas.

A leitura e consideração deste compromisso está naturalmente enquadrada nas opções e propostas que a CDU tem apresentado e apresenta no plano nacional.

Como já foi dito nesta sessão pública, apresentamos também hoje a nossa prestação de contas sobre o trabalho desenvolvido ao longo da última legislatura pelo Grupo Parlamentar do PCP na Assembleia da República. É um trabalho que não teme comparações com nenhuma outra força política e que testemunha uma intervenção política profundamente ligada às aspirações dos trabalhadores e das populações do Algarve. Um trabalho ainda mais valorizável quanto é conhecido o facto de não termos conseguido eleger um deputado pelo Algarve na última legislatura.

Camaradas e amigos

Vamos para estas eleições porque o PS, e o Presidente da República, assim quiseram.

O que o País e o Algarve precisam é de resposta e soluções para os seus problemas, essas respostas e soluções que não encontram concretização em políticas amarradas a compromissos e opções que avolumaram os problemas nacionais. Essas opções e compromissos que moldam a política de direita que há décadas PS e PSD prosseguem e que marca negativamente as condições de vida dos trabalhadores e do povo e impedem o desenvolvimento nacional.



Encaramos estas eleições com a importância que têm na vida política e nas perspectivas da sua evolução.

Se há elemento que fica claro da nossa intervenção de sempre, comprovada nestes últimos anos, é que não há caminho para defender e avançar em direitos sem a CDU e o seu reforço.

Assim se viu com o que da acção decisiva do PCP e do PEV resultou na reposição de direitos, na conquista dos manuais escolares gratuitos ou num passe social intermodal e transportes mais baratos, com o aumento extraordinário de pensões, na garantia de pagamento por inteiro dos salários dos trabalhadores em *lay-off*. Ou, como ainda agora se confirmou com essa nova conquista por acção e proposta do PCP que são as creches gratuitas para todas as crianças, ainda que faseada por imposição do PS.

A CDU é a força decisiva e conseqüente para combater a política de direita e os projectos reaccionários, para dar voz e corpo às aspirações dos trabalhadores e do povo.

Camaradas e amigos

O Algarve é uma região com enormes potencialidades para o seu desenvolvimento, mas é também uma região, cujo desenvolvimento tem sido limitado pelas opções de sucessivos governos que voluntariamente se têm submetido aos interesses dos grupos monopolistas e às imposições da União Europeia.

Nas propostas que hoje aqui divulgamos, integradas que estão num projecto mais global de desenvolvimento do País, estão presentes as respostas aos direitos e rendimentos dos trabalhadores e dos reformados, mas também para o desenvolvimento do aparelho produtivo, dos serviços públicos, dos meios e vias de transporte, à defesa do meio ambiente e do direito à habitação. Respostas para problemas velhos que se arrastam. Mas respostas também para problemas novos, para os quais precisamos de encontrar soluções.

O compromisso eleitoral da CDU para o Algarve é não apenas uma proposta que apresentamos às populações algarvias, é também um guia para a intervenção política que os grupos parlamentares do PCP e do PEV irão ter na próxima legislatura.

Um compromisso para fazer o Algarve avançar e que rejeita que se ande para trás, seja pela mão do do PS, se este porventura voltasse a ter as mãos completamente livres, seja pela convergência entre o PS e o PSD que alguns ambicionam para retomar a política de direita em toda a sua extensão.

Caros camaradas, estimados amigos

O Algarve é uma região marcada por uma crescente desigualdade entre capital e trabalho. O modelo de baixos salários é um factor de atraso e não de competitividade como alguns dizem. É necessário o aumento geral dos salários, para dinamizar o mercado interno, condição para estimular a actividade económica e a produção nacional, garantir a sobrevivência das Micro, Pequenas e Médias Empresas, assegurar a permanência em Portugal da força de trabalho necessária ao desenvolvimento do País, garantir mais receitas para o Estado e Segurança Social.

A valorização dos salários é inseparável da eliminação das normas gravosas da legislação laboral, designadamente com a revogação da caducidade da contratação colectiva e a reposição do princípio do tratamento mais favorável ao trabalhador, repondo a negociação colectiva.

É preciso combater a precariedade, assegurando o princípio de que a um posto de trabalho permanente deve corresponder um contrato efectivo de trabalho.

É preciso que os benefícios decorrentes dos avanços tecnológicos também sejam aplicados na melhoria das condições de trabalho; na redução geral do horário de trabalho para as 35 horas, na eliminação de tarefas penosas e dos ritmos intensivos de trabalho, na garantia dos direitos no trabalho por turnos.

Propomos o aumento geral dos salários, a valorização das profissões e das carreiras, a elevação do Salário Mínimo Nacional para 850 € a curto prazo, fixando o seu valor em 800€ durante o ano de 2022. Valorização que compreende também os trabalhadores da administração pública a quem, entre outras medidas, é preciso garantir a recuperação e valorização do poder de compra.

Questão igualmente decisiva e intimamente ligada com a primeira é a resposta ao défice demográfico do País que é inseparável da valorização dos direitos das crianças e dos pais. O incentivo à fixação de jovens e à natalidade é decisivo para a substituição de gerações no futuro e para o desenvolvimento do País.

O respeito pelos direitos das crianças e pelo seu desenvolvimento integral, exige soluções transversais, integradas e duradouras, que garantam estabilidade no emprego, nos horários e na habitação, bem como o aumento dos salários.

Entre outras medidas que identificamos, destacamos aqui o objectivo de assegurar a gratuidade das creches para todas as crianças e a criação de uma rede pública de creches, ou soluções equiparadas, alargando em cem mil o número de vagas em todo o País.

Por outro lado, o aumento da esperança de vida é uma marca de progresso civilizacional, que deve ser valorizada e prosseguida. Importa garantir que mais anos de vida são acompanhados de melhores condições de vida.

Portugal tem de garantir justiça social aos reformados, pensionistas e idosos, a quem contribuiu para este País com uma vida inteira de trabalho. Garantir



melhores pensões no futuro implica valorizar hoje os salários, as carreiras, as profissões, implica combater a precariedade.

No imediato, propomos a actualização anual de todas as pensões, incluindo das que estiveram congeladas, assegurando a reposição e valorização do poder de compra, com um valor mínimo em 2022 de 10€. Propomos igualmente que se assegure o direito à reforma para quem tenha 40 anos de descontos, acabar com o famigerado factor de sustentabilidade e voltar a colocar a idade de reforma aos 65 anos, eliminando também as penalizações sobre os pensionistas empurrados para reformas antecipadas.

Tal como nas creches, também aqui, é preciso alargar a resposta às necessidades da população idosa, assegurando a criação de uma rede pública de equipamentos e serviços de apoio à terceira idade e à deficiência.

Camaradas e amigos

Se há conclusão que podemos retirar deste período de combate à epidemia é a da importância do Serviço Nacional de Saúde. A grave situação do SNS exige respostas imediatas. A saída em larga escala de profissionais está a reflectir-se no aumento dos utentes sem médico de família, no atraso nas consultas, exames, tratamentos e cirurgias, que põem em causa o direito à saúde dos portugueses. A não existirem medidas urgentes que permitam fixar e atrair profissionais, concretizar os investimentos em equipamentos e infraestruturas e combater o desvio de recursos públicos para o sector privado, o SNS poderá ser irremediavelmente diminuído e descaracterizado.

No Algarve é particularmente escandalosa a degradação do SNS ao mesmo tempo que se assiste ao financiamento com recursos públicos do negócio da doença promovido pelos grupos privados de saúde.

Entre outras medidas, é fundamental instituir a opção de dedicação exclusiva dos médicos e enfermeiros. É preciso também garantir incentivos que tornem atractiva a opção, de médicos e enfermeiros, pela fixação em zonas carenciadas, tal como se impõe a construção de infraestruturas já decididas, como a construção do Hospital Central do Algarve e de novas instalações para o Hospital de Lagos, a par de obras de reabilitação e requalificação do parque de instalações do SNS.

Na verdade, é preciso assegurar o desenvolvimento de todos os outros serviços públicos, revertendo os processos de transferência de competências para as autarquias, repondo freguesias que foram extintas, reabrindo serviços que foram encerrados e reforçando os existentes, garantindo a cobertura de toda a região, recrutando os milhares de profissionais em falta e a revalorizando as suas carreiras na justiça, na saúde, na segurança social, nas forças e serviços de segurança, e nas restantes funções administrativas e públicas.

Na escola pública, é urgente combater a carência de professores que atinge milhares de alunos, vinculando todos os professores com três ou mais anos de



tempo de serviço e criando incentivos à sua fixação nas áreas que deles mais carecem. Ao mesmo tempo, é preciso avançar para a contratação de mais centenas de trabalhadores não docentes até 2023, tal como o reforço de outros profissionais e reduzir o número de alunos por turma e o número de turmas por professor.

Num outro plano, é preciso responder aos velhos e novos problemas com que o Algarve está confrontado em matéria de habitação e transportes. Como é sabido, o chamado novo regime do arrendamento urbano provocou milhares de despejos, associados também à pressão decorrente do turismo e do investimento estrangeiro desregulados e da especulação imobiliária. Os preços das rendas de casa dispararam, os contratos de arrendamento tornaram-se precários, a oferta pública deixou praticamente de existir.

É preciso Revogar a Lei do Regime de Arrendamento Urbano e a adopção de um quadro legal que combata a especulação, regule preços e assegure estabilidade nos contratos de arrendamento por um período mínimo de 10 anos para novos contratos. É necessário alargar a oferta pública de habitação e mobilizar recursos para habitação a custos controlados.

E depois do avanço que constituiu a redução do valor do passe nos transportes públicos, impõe-se um forte investimento público no alargamento da oferta a todo o Algarve. A valorização da linha do Algarve aumentando a frequência e a qualidade do serviço a par da criação de um operador público rodoviário, deixando de estar na completa dependência do grupo barraqueiro são passos urgentes a dar. Na verdade o aumento significativo da oferta de transporte público tem que passar da aspiração a realidade, bem como, o assegurar a progressiva gratuidade dos transportes públicos, a começar pela gratuidade até aos 18 anos em 2022.

Camaradas e amigos

A economia regional assenta num errado e vulnerável modelo de desenvolvimento que aposta quase exclusivamente no turismo e atividades complementares e que despreza as atividades produtivas na agricultura, nas pescas e na indústria.

É urgente uma nova política económica para a região que aposte na recuperação do aparelho produtivo. Se na agricultura precisamos de avançar para a criação de um matadouro público no regional e de investimento no regadio e noutras infraestruturas de apoio à atividade agrícola, nas florestas é urgente a implementação de um plano de ordenamento florestal em ligação com os criadores de ovinos e caprinos e com os produtores florestais, visando o desenvolvimento da floresta autóctone, tal como a reposição dos serviços governamentais de apoio à atividade agrícola, entretanto encerrados.



Nas pescas, onde as potencialidades desta região são imensas, é necessária a implementação de uma política orientada para o desenvolvimento de estruturas públicas de apoio, monitorização e acompanhamento do sector, a requalificação dos portos de pesca, a realização de dragagens e o desassoreamento da foz dos rios, e a criação de condições de segurança das embarcações e dos profissionais.

E sim, o Algarve pode e deve voltar a ter indústria transformadora. Naturalmente ligada às novas realidades, incorporando avanços tecnológicos, mas não prescindindo de produzir cá, aquilo que querem que compremos lá fora. Exemplo disso é a adopção de políticas dirigida ao fomento de várias fileiras produtivas com potencialidades e tradições na região, designadamente, na indústria conserveira, na extração e produção de sal, na extração e transformação de rochas ornamentais e de cortiça, na reparação e construção naval. Mas é também necessário promover novas indústrias no âmbito de um plano de industrialização do País, bem como, de uma política dirigida à recuperação e reabilitação urbana.

Camaradas

No Algarve, são bem visíveis as consequências nefastas da redução do investimento público, designadamente ao nível dos transportes e mobilidade das populações.

Não há um sistema de transportes regional que articule as diferentes modalidades e as infraestruturas existentes afastam-se das necessidades das populações. A eletrificação da Linha Ferroviária do Algarve, prometida há décadas, continua por finalizar. Mantém-se a opção de PS, PSD e CDS de cobrar taxas de portagem na Via do Infante; as obras de requalificação da EN 125 no sotavento algarvio estão paradas, a construção da ponte rodoviária internacional entre Alcoutim e Sanlúcar só agora foi anunciada, e a conclusão do IC4 entre Lagos e Sines e do IC27 entre Alcoutim e Beja não está prevista. As obras no Porto Comercial de Portimão, que permitiriam aumentar a capacidade de receção de navios de cruzeiro oceânicos, não arrancam e prepara-se o desmantelamento do Porto Comercial de Faro, entregando-o à especulação imobiliária. No Aeroporto de Faro fazem-se sentir as consequências negativas da privatização da ANA-Aeroportos de Portugal, com o aumento de taxas e tarifas aeroportuárias.

Queremos avançar com a Melhoria do transporte ferroviário na região algarvia, com a conclusão da eletrificação da Linha do Algarve e a sua extensão ao Aeroporto de Faro e a Espanha, o alargamento do serviço ferroviário de longo curso e uma forte aposta no serviço regional, aumentando a frequência e a qualidade do serviço;



Vamo-nos bater uma vez mais pela abolição definitiva das portagens na Via do Infante e a conclusão das obras de requalificação da EN 125 no sotavento algarvio.

Queremos a conclusão do IC4 entre Lagos e Sines e do IC27 entre Alcoutim e Beja, tal como a criação da Administração dos Portos do Algarve, integrando todos os portos comerciais, de pesca e de recreio da região algarvia, num quadro de gestão inteiramente pública do conjunto das infraestruturas portuárias.

Uma palavra sobre as crescentes preocupações ambientais. Por ação e omissão de sucessivos governos, o Estado não tem cumprido cabalmente as suas funções de defesa e preservação do ambiente. No Algarve, os meios humanos e materiais para assegurar uma adequada gestão do território e, em particular, das áreas protegidas são manifestamente insuficientes.

Os planos de ordenamento das áreas protegidas continuam a estabelecer um vasto conjunto de restrições para os usos comuns e tradicionais do espaço e dos recursos por parte das populações locais, enquanto abrem a possibilidade de implantação de estruturas e empreendimentos imobiliários de luxo. Persistem graves problemas na orla costeira algarvia, com a sobrecarga de construções, a acentuada erosão da costa e a ameaça à integridade das zonas húmidas. Cresce a pressão na Ria Formosa para a expulsão das comunidades locais das ilhas-barreira, com o objetivo de entregar este valioso património natural aos grandes interesses privados para que estes o explorem em seu benefício. Prosseguem os problemas associados aos incêndios florestais, que ainda este ano tiveram uma vez mais expressão-.

É possível e necessário resolver estes problemas, com uma forte intervenção do Estado na defesa e preservação dos valores ambientais. Precisamos da implementação de uma política que garanta o planeamento democrático do território, a democratização da gestão e usufruto dos recursos naturais, contrariando a mercantilização e privatização do património natural.

**Por último, a** regionalização que é um imperativo constitucional que, desde 1976, continua por cumprir. Em vez de cumprirem a constituição, sucessivos governos de PS, PSD, CDS optaram pela desconcentração administrativa e, mais recentemente, pela transferência de competências para os municípios. Estes três partidos sempre se serviram da regionalização como bandeira eleitoral, para criar a ilusão de que estariam dispostos a cumprir este desígnio constitucional, para depois das eleições traírem a confiança dos eleitores e afastarem a possibilidade de criação de regiões administrativas.



O PCP defende a necessidade de avançar com o processo de regionalização e reafirma a sua posição de que o Algarve detém todas as condições para ser uma Região Administrativa. É esse o nosso compromisso.

Caros camaradas

Demos hoje aqui a conhecer algumas das nossas propostas e soluções para o Algarve. Sabemos o quanto justas elas são. Mas sabemos também que, a sua concretização depende sempre da força que o povo nos vier a dar no próximo dia 6. Quanto mais força e mandatos tivermos, mais próxima estará a concretização da política alternativa que propomos.

Vamos ao trabalho

Viva a CDU